

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
CNPJ: 82.826.462/0001-27
RUA XV DE NOVEMBRO, 26
CEP: 89.590-000 - ARROIO TRINTA - SC

Processo Administrativo Nº 0137/2022 - TP

Tomada de Preço Nº 0009/2022 - TP

ATA DE HABILITAÇÃO

Aos doze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois (12/09/2022), às nove horas e trinta minutos (09h30), reuniram-se na sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, junto a sede do Poder Executivo Municipal a Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Senhor ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, através do Decreto nº 2.301 de 16 de maio de 2022, constituindo-se da seguinte forma: Presidente: **MURIEL FERREIRA DA SILVA CORRÊA**; Membro: **EVERTON CAMPAGNIN** e Suplente: **WHELITON LUIZ GODINHO**, para a abertura dos envelopes de habilitação das empresas participantes do processo acima mencionado, tendo como objeto: **Escolha da(s) proposta(s) mais vantajosa(s) objetivando a contratação de empresa(s) especializada(s) visando a execução de obra, com o devido fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, necessários para realizar PAVIMENTAÇÃO DA RUA JACOB CASALETTI - com recursos oriundos de Contrato de Repasse celebrado junto a Caixa Econômica Federal - OGU nº 918585/2021- Operação 1078424-76 - Programa Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano, com julgamento por valor global, conforme quantitativos e especificações listadas pelo Edital seus anexos.**

Houve divulgação do Edital conforme determina a legislação em vigor, sendo que foi solicitado no edital a seguinte documentação:

7.2.1 – Documentos para Habilitação Jurídica:

7.2.1.1. Cópia da Cédula de identidade e CPF do (s) responsável (is) pela empresa (autenticados ou trazer os originais para conferência e autenticação por parte da comissão).

7.2.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados; em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores que comprovem que o ramo de atividade da empresa é compatível com o objeto da Licitação;

7.2.1.3. Registro Comercial, no caso de empresa individual;

7.2.1.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

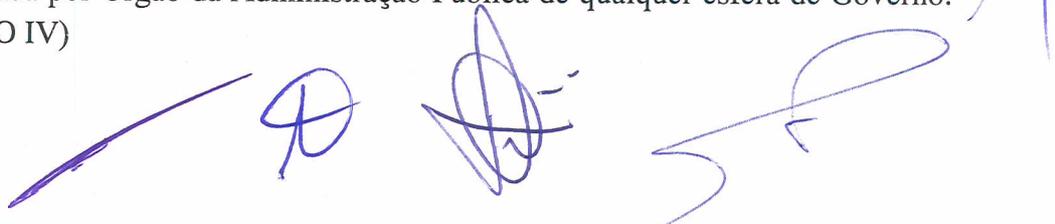
7.2.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.2.1.6. Certificado de Registro Cadastral fornecido pela Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, emitido em até 3 dias anteriores à abertura das propostas.

7.2.1.7. Declaração que tomou conhecimento de todas as condições do presente Edital. (Modelo no ANEXO IV)

7.2.1.8. Declaração, firmada pelo licitante, referente ao cumprimento do disposto no Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, conforme regulamenta o Decreto nº 4.358 de 5/9/2002. (Modelo no ANEXO V)

7.2.1.9. Declaração do proponente de que não pesa contra si, declaração de Inidoneidade expedida por Órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo. (Modelo no ANEXO IV)



7.2.2 - Documentos para Habilitação Fiscal:

- 7.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- 7.2.2.2. Comprovação fornecida pelo Município sede da licitante de que a mesma exerce atividade econômica de serviços de construção, por meio de alvará de licença ou outro documento que comprove seu ramo de atividade;
- 7.2.2.3. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal e Dívida Ativa da União, abrangendo também as Contribuições Previdenciárias.
- 7.2.2.4. Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;
- 7.2.2.5. Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
- 7.2.2.6. Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);
- 7.2.2.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (www.tst.jus.br);

Item 7.2.3 – Documentos de qualificação técnica

7.2.3.1. **Certidão Atualizada de Registro ou Inscrição de Pessoa Jurídica** expedida pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) ou CAU (Conselho Arquitetura e Urbanismo), dentro do prazo de validade, sendo que os certificados expedidos por Conselhos de outras regiões, cuja circunscrição não seja o Estado de Santa Catarina, *por ocasião da assinatura do contrato*, deverão receber o visto do CREA/SC ou CAU/SC, com a indicação dos responsáveis técnicos.

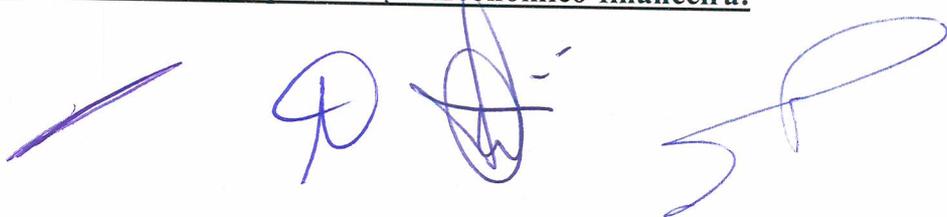
7.2.3.2. **Certidão Atualizada de Registro ou Inscrição de Pessoa Física** expedida pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) dentro do prazo de validade, Para os casos em que a **Pessoa Física** seja registrada no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e o certificado seja expedido por Conselho de outra região, cuja circunscrição não seja o Estado de Santa Catarina, *por ocasião da assinatura do contrato*, deverá receber visto do CREA/SC

7.2.3.3. Prova de possuir, em seu quadro permanente, quadro societário ou mediante contrato de prestação de serviço, na data prevista para a entrega da proposta, profissional de nível superior **engenheiro civil ou arquiteto e urbanista**, com registro no CREA ou CAU; o qual será, **obrigatoriamente**, o Responsável Técnico pela execução dos serviços. O vínculo do profissional com a empresa poderá ser comprovado pelos documentos a seguir:

- a) Cópia autenticada de Carteira de Trabalho e cópia autenticada do registro do profissional no livro de registro de empregados da empresa, caso o profissional apresentado como responsável técnico faça parte do quadro permanente da empresa, ou;
- b) Contrato Social ou alteração contratual, caso o sócio seja também o profissional apresentado como responsável técnico da empresa, ou;
- c) Contrato de Prestação de Serviços firmado entre a empresa e o profissional apresentado como responsável técnico, **COM FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO**.

7.2.3.4. Declaração de **Visita Técnica**, conforme ANEXOS XI **OU** de **Não Visita Técnica** conforme ANEXO XII.

7.2.4 – Documentos de qualificação Econômico-financeira:



7.2.4.1. O licitante deverá, obrigatoriamente, comprovar, através de Balanço Patrimonial do último exercício, possuir Capital Social mínimo ou Patrimônio líquido mínimo não inferior a 10% do valor licitado, conforme dispõe os §§ 2º e 3º, do artigo 31, da Lei Federal nº 8666/93.

7.2.4.2. A licitante deverá apresentar relação de índices financeiros para fins de comprovação da boa situação econômico-financeira, a ser avaliada pelos seguintes índices apurados do Balanço Patrimonial e demonstrativo de resultados contábeis:

a) Índice de Liquidez Corrente – O cálculo do índice de liquidez corrente define a capacidade da licitante em liquidar seus compromissos em curto prazo. Para fins de habilitação neste edital, obtendo-se o índice de liquidez corrente pela seguinte fórmula:

$ILC = AC / PC$, onde:

ILC = Índice de Liquidez Corrente

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

b) Índice de Liquidez Geral – O cálculo do índice de liquidez geral define a capacidade da empresa de liquidar a totalidade de seus compromissos, ou seja, mede quanto a empresa possui de recursos não imobilizados em ativos fixos para cada real de dívida. Para fins de habilitação neste Edital, obtém-se o índice de liquidez geral pela seguinte fórmula:

$ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$, onde:

ILG = Índice de Liquidez Geral

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

11

c) Índice de Endividamento Total – O cálculo do índice de endividamento total mede a participação de recursos financiados por terceiros, sendo um indicador de risco da empresa. Para fins de habilitação neste Edital, obtém-se o índice de endividamento total pela seguinte fórmula:

$IET = (PC + ELP) / AT$, onde:

IET = Índice de Endividamento Total

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

AT = Ativo Total

7.2.4.3. Será considerada habilitada a prosseguir nesta Licitação, a licitante que apresentar comprovação de boa situação econômico-financeira, a ser avaliada através dos valores de índices extraídos do balanço patrimonial apresentado, e atingir, concomitantemente, todas as condições e valores de pontuação abaixo relacionados:

Índices Financeiros Condição de habilitação Valores

Índice de Liquidez Corrente

Igual ou superior 1,0

Índice de Liquidez Geral

Igual ou superior 1,0

Índice de Endividamento Total

Igual ou inferior 1,0

7.2.4.4. Certidão Negativa de Falência ou Concordata (Recuperação Judicial) expedida pelo Distribuidor Judicial, no caso de sociedades comerciais, ou Certidões dos Distribuidores Forenses

Civis, no caso de sociedades civis, da sede da empresa, datada de no máximo até 30 (trinta) dias imediatamente anteriores à data da entrega e abertura dos envelopes.

As empresas abaixo foram credenciadas para Processo Licitatório acima especificado:

Representante	Empresa
-	KAENG INFRAESTRUTURA EIRELI
Laureci Bitencourt	NOSSA PAVIMENTACAO E OBRAS EIRELI
Daiane Maziero	SETEP CONSTRUCOES S.A

Analisando a documentação das proponentes, constatou-se que a empresa KAENG INFRAESTRUTURA EIRELI foi inabilitada pela Comissão, em virtude de deixar de apresentar a cópia da cédula de identidade e CPF do (s) responsável (is) pela empresa, conforme item “7.2.1.1” do edital. A empresa SETEP CONSTRUCOES S.A está em conformidade com as exigências do processo e foi habilitada. A empresa NOSSA PAVIMENTACAO E OBRAS EIRELI, estava com a certidão que comprova a regularidade com a Fazenda Estadual vencida e após manifestação da representante da empresa SETEP CONSTRUCOES S.A, alegando que a empresa NOSSA PAVIMENTACAO E OBRAS EIRELI estava inscrita no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas – CEI, a Comissão fez a diligência através do site <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis/pessoa/13439594> e constatou que a referida empresa encontra-se suspensa, dessa forma, a Comissão decidiu inabilitar a empresa NOSSA PAVIMENTACAO E OBRAS EIRELI. A Comissão abre o prazo de 5 (cinco) dias para interposição de recurso. Por fim, esta Comissão registra a presença do vereador Santo Biava, que se fez presente na sessão. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a presente reunião e lavrou-se a ata que após lida e aprovada, foi assinada pelos presentes.

Arroio Trinta - SC, 12 de setembro de 2022.


MURIEL FERREIRA DA SILVA CORRÊA
Presidente


WHELITON LUIZ GODINHO
Secretário


EVERTON CAMPAGNIN
Membro

Representante	Empresa
-	KAENG INFRAESTRUTURA EIRELI
	NOSSA PAVIMENTACAO E OBRAS EIRELI
	SETEP CONSTRUCOES S.A